

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO,  
HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES,  
BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ 79.887.329/0001-76

Trav. Olíndina Alves Pereira, 15 - Centro - Caixa Postal 1597

Fones/Fax (0\*\*48) 224 0305 - 224 2058 - 224 2273 - 3028 2058

Cep 88.020-100 - Florianópolis - Santa Catarina

www.sitratuh.hpg.com.br



À  
**DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO**  
**Rua Victor Meirelles, 198**  
**Florianópolis/SC**

SENAPRO	
	MINISTÉRIO DO TRABALHO
NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO	
46220.007555/2006-92	

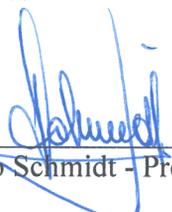
S  
E  
R  
V  
I  
C  
I  
O

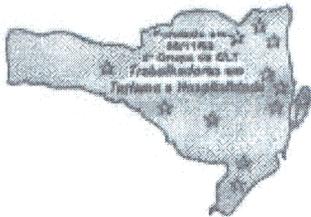
Prezados Senhores;

A **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO, HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**, Registro Sindical 46000.009449/97, CNPJ 79.887.329/0001-76, e **SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E DOS EDIFÍCIOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS - SECOVI REGIÃO FPOLIS/TUBARÃO**, Registro Sindical 46010.002948/95 e CNPJ 00.440.037/0001-30, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRT/TEM nº 01, de 24 de março de 2004, solicitam o depósito, registro e posterior arquivamento da presente CCT, firmado pelos representantes autorizados na Assembléia realizada na cidade de Florianópolis no dia 06 de março de 2006.

Para tanto, apresentam uma via original do instrumento a ser depositado, registrado e arquivado, nos termos do inciso II, do art. 4º, da Instrução Normativa SRT/TEM nº 01 de 24 de março de 2004.

Florianópolis (SC), 11 de julho de 2006.

  
Fausto Schmidt - Presidente



**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO,  
HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES,  
BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ 79.887.329/0001-76  
Trav. Olindina Alves Pereira, 15 - Centro - Caixa Postal 1597  
Fones/Fax (0\*\*48) 224 0305 - 224 2058 - 224 2273 - 3028 2058  
Cep 88.020-100 - Florianópolis - Santa Catarina  
www.sitratuh.hpg.com.br



## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2.006/2.007

Pelo presente instrumento, de um lado a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO, HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**, CNPJ 79.887.329/0001-76, Registro Sindical 46000.009449/97, com sede a Travessa Olindina Alves Pereira, 15, Centro, Florianópolis, SC, neste ato representado por seu presidente, Senhor **FAUSTO SCHMIDT**, CPF: 050.524.169-20, e do outro lado o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E DOS EDIFÍCIOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS – SECOVI REGIÃO FPOLIS/TUBARÃO**, com sede na Rua Araujo Figueiredo, 119 4º and. sl 402, Florianópolis, SC, ambos representando os Municípios de: **Governador Celso Ramos, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, Tubarão, Laguna, Jaguaruna, Braço do Norte, Gravatal, Armazém, Imbituba, Imarui, e Garopaba**, áreas Inorganizadas em Sindicato Profissional no Estado de Santa Catarina, devidamente autorizados pelas assembléias gerais extraordinárias específicas, resolvem, por mútuo acordo, celebrar a presente convenção coletiva de trabalho pelo período de 01/05/2006 a 30/04/2007, mediante as cláusulas e condições a seguir.

### ABRANGÊNCIA

Edifícios em condomínios residenciais e comerciais dos Municípios de: **Governador Celso Ramos, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, Tubarão, Laguna, Jaguaruna, Braço do Norte, Gravatal, Armazém, Imbituba, Imarui, e Garopaba.**

### 01- CORREÇÃO SALARIAL

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados no mês de maio/2006, pela aplicação de 6,0% (seis por cento), incidente sobre os salários de maio/2005, compensados os aumentos espontâneos e legais concedidos no período.

**Parágrafo Único** – As diferenças salariais advindas deste reajuste poderão ser pagas até o mês de Agosto de 2006.

### 02 SALÁRIO NORMATIVO - PISO SALARIAL

Fica estabelecido o Salário Normativo ou Piso Salarial aos integrantes da categoria profissional, com vigência a partir de 01/05/2006, nas seguinte bases:

#### 2.1 Zelador:

R\$ 489,00 na admissão;

R\$ 568,00 após 90 dias de trabalho na empresa.

#### 2.2 Demais Funcionários:

R\$ 392,00 na admissão;

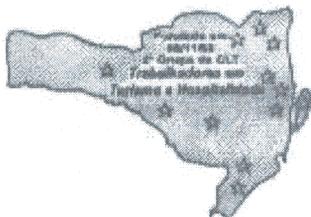
R\$ 443,00 após 90 dias de trabalho na empresa

**Parágrafo primeiro** – Nos contratos em que a carga horária seja estipulada por período inferior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais o piso salarial aqui acordado poderá ser pago de forma proporcional, sendo que, neste caso, o trabalho excedente ao período contratado deverá ser pago com os acréscimos estipulados aos horários extraordinários, não se aplicando este dispositivo aos empregados que estejam sob o regime de horas previsto na cláusula 07(sete) desta Convenção.

### 03 - SALÁRIO HABITAÇÃO

Fica assegurado ao empregado zelador residente no condomínio (ou dependências deste), a percepção de salário habitação, correspondente a 24% (vinte e quatro por cento) do salário base.

**Parágrafo Primeiro** - Para os empregados que estejam recebendo salário habitação, deverá constar destacadamente na folha de pagamento, tanto na coluna de crédito quanto na coluna de débito, ficando certo



**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO,  
HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES,  
BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ 79.887.329/0001-76

Trav. Olíndina Alves Pereira, 15 - Centro - Caixa Postal 1597  
Fones/Fax (0\*\*48) 224 0305 - 224 2058 - 224 2273 - 3028 2058  
Cep 88.020-100 - Florianópolis - Santa Catarina  
www.sitratuh.hpg.com.br



que, tanto o salário nominal quanto o salário utilidade servirão de base para os descontos e recolhimentos dos encargos sociais.

**Parágrafo Segundo** - O salário habitação será lançado somente a crédito, quando do pagamento do 13º salário e, no caso de rescisão contratual, também sobre férias e aviso prévio, este quando indenizado.

**Parágrafo Terceiro** - A desocupação do imóvel em que reside o empregado, no caso de rescisão contratual, deverá se dar no primeiro dia útil após o recebimento das verbas rescisórias, se a rescisão se der por iniciativa daquele. Sendo a iniciativa por parte do empregador, deverá a desocupação se dar no trigésimo dia posterior à data do aviso prévio, se indenizado, ou, se trabalhado, no décimo dia após o pagamento das verbas rescisórias.

#### **04 - QUINQUÊNIO**

Será concedido a todos os empregados o percentual de 5% (cinco por cento), a título de quinquênio, a cada período de 05 (cinco) anos de serviços ininterruptos prestados ao mesmo condomínio, retroativo à data de admissão do empregado, aplicável sobre o salário percebido, inclusive sobre o piso salarial.

#### **05 - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

As horas extraordinárias serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento).

#### **06 - TRABALHO NOTURNO**

Será de 30% (trinta por cento) o adicional correspondente à prestação de serviço noturno, assim considerado o prestado entre às 22:00 e às 05:00 horas.

#### **07 - JORNADA DE TRABALHO DOS PORTEIROS NOTURNOS E DIURNOS**

Fica facultado a empresa e respectivo sindicato da categoria profissional, firmar acordo de prorrogação e compensação de horário de trabalho dos porteiros noturnos e diurnos, possibilitando estabelecer jornada de 12 (doze) horas de trabalho com 36 (trinta e seis) horas de descanso.

**Parágrafo Primeiro:** os trabalhadores submetidos a este regime de horário de trabalho, receberão, além do salário contratual e adicional noturno, 30 (trinta) horas normais por mês.

**Parágrafo Segundo:** as situações mais benéficas existentes, prevalecerão sobre a norma estabelecida no parágrafo primeiro.

**Parágrafo Terceiro:** os intervalos para descanso e alimentação não concedidos, serão pagos como horas extras.

#### **08 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica estabelecido o pagamento de adicional de insalubridade no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo, devido exclusivamente aos empregados que trabalham nas dependências da lixeira, nos locais dos compactadores de lixo, sendo este manuseio caracterizado pelo ato de transferência do material ali depositado, para sacos plásticos ou latões, transportando-os para o local de coleta, efetuando a lavagem dos latões de lixo. Não caracteriza manuseio de lixo o recolhimento de garrafas, de lixo acondicionado em sacos plásticos, de caixas ou outros objetos deixados nos andares do prédio ou a simples varredura.

#### **09 - MORA SALARIAL**

As empresas pagarão ao empregado 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia mais correção monetária sobre o salário vencido, no caso de mora salarial.

#### **10 - INTERVALO PARA LANCHES**

Serão concedidos 15 (quinze) minutos de intervalo para lanches, em cada período de trabalho, os quais serão computados como tempo de serviço na jornada diária do empregado, independente de registro de ponto.

#### **11 - ESTABILIDADE DA GESTANTE**

Será garantida a estabilidade da gestante desde a concepção até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto.



**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO,  
HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES,  
BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ 79.887.329/0001-76

Trav. Olíndina Alves Pereira, 15 - Centro - Caixa Postal 1597  
Fones/Fax (0\*\*48) 224 0305 - 224 2058 - 224 2273 - 3028 2058  
Cep 88.020-100 - Florianópolis - Santa Catarina  
www.sitratuh.hpg.com.br



#### **12 - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

O empregado que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho antes de completar em ano de serviço terá direito ao recebimento de férias proporcionais, à razão de 1/12 (um doze avos) da respectiva remuneração mensal, por mês completo de trabalho ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

#### **13 - QUITAÇÃO DO INPC NAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

As empresas complementarão na rescisão contratual de seus empregados, com base no INPC acumulado a partir da última data-base e, na sua falta, pela aplicação do índice de inflação divulgado pelo Governo Federal, os valores referentes às verbas rescisórias, compensados os reajustes de ordem legal e espontâneos.

#### **14 - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões de contrato de trabalho serão efetivadas perante a (FETRATUH) FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO, HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA, nos termos da legislação em vigor.

#### **15 - INÍCIO DO PERÍODO DE GOZO DAS FÉRIAS**

O início das férias coletivas ou individuais, não poderá coincidir com sábado, domingo, feriado ou dia de compensação de repouso semanal.

#### **16 - EMPREGADOS NOVOS ADMITIDOS**

Admitidos empregados para a função de outro dispensado sem justa causa, é garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais.

#### **17 - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO NA CTPS**

Fica proibida a contratação e anotação na carteira de trabalho de empregado para a função de "serviços gerais", por se tratar de atividade inexistente na categoria.

#### **18 - AVISO PRÉVIO PRAZO ESPECIAL**

Será de 45 (quarenta e cinco) dias o aviso prévio para os empregados que contem mais de 05 (cinco) anos de serviços no mesmo condomínio que vierem a serem demitidos na vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho.

#### **19 - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Fica dispensado o cumprimento do aviso prévio integral, dado pelo empregador, no caso de o empregado obter novo emprego antes do respectivo término, sendo-lhe devida, em tal caso, a remuneração proporcional aos dias efetivamente trabalhados.

#### **20 - DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA**

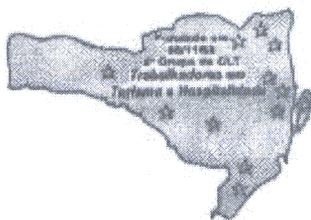
No caso de despedida por justa causa, o empregador comunicará por escrito ao empregado o motivo da rescisão, sob pena de não poder alegar a falta em juízo.

#### **21 - ABONOS DE FALTA AO EMPREGADO ESTUDANTE**

Serão abonadas as faltas do empregado estudante, nos horários de exames regulares ou vestibulares coincidentes com o horário de trabalho, desde que realizados em estabelecimento de ensino oficial ou autorizado legalmente e mediante comunicação prévia ao empregador, com o mínimo de 72 (setenta e duas) horas, e comprovação oportuna.

#### **22 - EMPREGADO SUBSTITUTO**

Enquanto perdurar a substituição, que não for meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído, excetuadas as vantagens pessoais, desde que haja ato de designação específico e com prazo previamente determinado.



**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO,  
HOSPITALIDADE E DE HOTEIS, RESTAURANTES,  
BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ 79.887.329/0001-76  
Trav. Olíndina Alves Pereira, 15 - Centro - Caixa Postal 1597  
Fones/Fax (0\*\*48) 224 0305 - 224 2058 - 224 2273 - 3028 2058  
Cep 88.020-100 - Florianópolis - Santa Catarina  
www.sitratuh.hpg.com.br



### 23 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os condomínios ficam obrigados a fornecer a seus empregados, envelopes de pagamento ou documento similar, contendo, além da identificação do condomínio, discriminação de todos os valores pagos e descontados, inclusive os relativos a FGTS.

### 24 - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E INSTRUMENTO DE TRABALHO

Serão fornecidos, gratuitamente, aos trabalhadores, quando exigidos por lei ou pelos empregadores, todos os equipamentos de proteção individual, bem como uniformes, calçados, instrumentos de trabalho.

### 25 - PRÉ-APOSENTADORIA

Serão garantidos o emprego e o salário ao trabalhador que contar mais de 05 (cinco) anos de serviços prestados ao mesmo empregador, nos 18 (dezoito) meses que antecederem a data em que se adquire o direito à aposentadoria voluntária, ressalvado motivo disciplinar ou não uso do direito.

### 26 - ABONO DE FALTAS AO TRABALHADOR

Será abonada a falta do trabalhador no caso de consulta médica, pelo período desta, ou nas primeiras 24 (vinte e quatro) horas, no caso de acompanhamento na internação hospitalar de dependente com idade inferior a 14 (quatorze) anos ou inválido, sendo que, em ambos os casos, deverá haver comprovação através de atestado médico.

**Parágrafo Único** – Quando mais de um empregado da mesma empresa for responsável pelo dependente mencionado no "caput" desta cláusula, somente a um deles se estenderá o benefício.

### 27 - VALE - TRANSPORTE

Os Condomínios fornecerão obrigatoriamente, vale-transporte aos seus empregados, assumindo integralmente o pagamento do mesmo.

### 28 - APLICAÇÃO DA NR-7

Os Condomínios deverão providenciar a realização dos exames médicos de que trata a NR-7 e na forma da mesma, quando da admissão do empregado; do seu retorno ao trabalho em razão de ausência por período igual ou superior a trinta dias por motivo de doença ou acidente, ou parto; mudança de função e demissional; e, periodicamente, no período máximo de 01 (um) ano.

### 29 - RENEGOCIAÇÃO/COMISSÃO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO

As entidades convenentes envidarão esforços para promover mês a mês uma rodada de negociação, visando aprimorar a relação capital/trabalho.

### 30 - CURSOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os condomínios liberarão seus empregados do trabalho, sem prejuízo de seus salários, num total de 40 (quarenta) horas, durante o período de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, para participação dos mesmos em cursos de formação profissional promovidos pela entidade profissional.

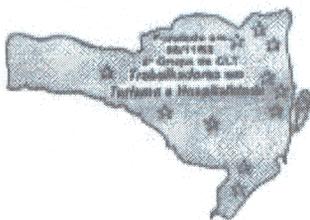
**Parágrafo Único:** Os Sindicatos convenentes, comunicarão ao condomínio a participação de cada empregado, a carga horária e o conteúdo dos cursos, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

### 31 - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS

Os dirigentes sindicais da entidade sindical profissional serão liberados para comparecimento em assembleias, congressos ou reuniões sindicais durante 20 (vinte) dias ao ano, sem prejuízo de suas remunerações. A liberação deverá ser comunicada ao condomínio com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

### 32 - PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Fica estabelecida a possibilidade de negociação de acordo de coletivo de trabalho entre Condomínio e Sindicato Profissional, visando o estabelecimento de prorrogação e compensação de jornada de trabalho.



**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO,  
HOSPITALIDADE E DE HOTEIS, RESTAURANTES,  
BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ 79.887.329/0001-76

Trav. Olíndina Alves Pereira, 15 - Centro - Caixa Postal 1597  
Fones/Fax (0\*\*48) 224 0305 - 224 2058 - 224 2273 - 3028 2058  
Cep 88.020-100 - Florianópolis - Santa Catarina  
www.sitratuh.hpg.com.br



### 33 – ATIVIDADE CONTRATADA

Fica vedada aos trabalhadores de condomínios, a realização de atividades diversas daquelas estabelecidas em seu contrato de trabalho.

### 34 – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

As entidades sindicais convenientes desenvolverão esforços visando à implantação da comissão de conciliação prévia, podendo ser efetuada através de comissão intersindical.

### 35 – INCLUSÃO SOCIAL DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE)

As entidades acordantes, em cumprimento a legislação vigente e visando dar efetividade aos preceitos do art. 93, da Lei 8.213 e art. 36 do Decreto 3.298, farão a divulgação da importância de contratar os portadores de necessidades especiais, tudo conforme o Anexo I, que é parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho.

### 36 – SEGURO DE VIDA

Os empregadores se obrigam a custear em benefício de todos os seus empregados, seguro de vida e acidentes pessoais em grupo, observadas as seguintes coberturas mínimas, facultado a ambos os sindicatos o direito de fiscalizarem o atendimento desta obrigação:

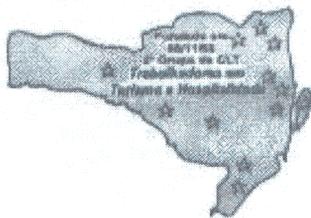
- I. R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de morte do empregado(a) por qualquer causa, independentemente de carência, idade e local da ocorrência;
- II. R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em caso de invalidez permanente do empregado(a), causada por acidente ou doença (profissional ou não), independentemente de idade e local da ocorrência. Caso a invalidez seja parcial a indenização será proporcional ao grau de invalidez, sendo que a Seguradora deverá observar tabela regulamentada pela SUSEP;
- III. R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) em caso de morte do cônjuge do empregado(a), por qualquer causa, independentemente de carência, idade ou local da ocorrência;
- IV. R 1.000,00 (hum mil reais) em caso de morte por qualquer causa de filho de 04 a 14 anos, com limite de quatro dependentes;
- V. R\$ 1.000,00 (hum mil reais), a título de Auxílio Funeral que será devido em caso de falecimento do empregado(a), mediante comunicação expressa do Estipulante, para fazer frente às despesas imediatas, não dedutível do Capital Segurado.

**Parágrafo Primeiro:** Para inclusão na abertura da Apólice com os valores acima estipulados a Seguradora deve se comprometer em aceitar todos os funcionários que se encontrem em plena atividade de trabalho e perfeitas condições de saúde, sendo que, após as inclusões automáticas, ficarão limitadas a 60 anos, dependendo então, da negociação de novos valores.

**Parágrafo Segundo:** Para o reajuste dos valores descritos no caput desta cláusula, será utilizado o mesmo índice acordado para o reajuste salarial desta CCT.

**Parágrafo Terceiro:** Os empregadores que não pagarem o seguro de vida e acidentes pessoais dos seus empregados responsabilizar-se-ão pelo ressarcimento dos valores elencados no caput desta cláusula.

**Parágrafo Quarto:** Como forma de facilitar aos empregadores o cumprimento da presente cláusula, o SECOVI Florianópolis/Tubarão antecipou contrato, na qualidade de Estipulante, com as duas Corretoras de Seguros que apresentaram menores custos e maiores benefícios, ficando, no entanto, todos os empregadores livres para optar pelos serviços de qualquer Corretora, desde que a cobertura ao trabalhador não seja inferior à descrita no início desta cláusula. As Corretoras indicadas pelo SECOVI são: Work Net, fones (48) 3028.0033 / (48) 223.8476 e Seal Life, fone (48) 249-7066.



**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO,  
HOSPITALIDADE E DE HOTEIS, RESTAURANTES,  
BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ 79.887.329/0001-76  
Trav. Olíndina Alves Pereira, 15 - Centro - Caixa Postal 1597  
Fones/Fax (0\*\*48) 224 0305 - 224 2058 - 224 2273 - 3028 2058  
Cep 88.020-100 - Florianópolis - Santa Catarina  
www.sitratuh.hpg.com.br



**Parágrafo Quinto:** Os empregadores que não optarem pela Apólice Coletiva contratada pelo Sindicato Patronal, devem informar ao mesmo o número da Apólice e a Seguradora contratada para fins da obrigação prevista no caput desta cláusula.

### 37. SISTEMA ALTERNATIVO DE REGISTRO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Os condomínios abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho poderão utilizar meios alternativos de registro de horário de trabalho, inclusive podendo dispensar de fazer o registro.

**Parágrafo Único:** No caso de não registrar o horário de trabalho dos empregados, presumir-se-á que o horário fixado no contrato de trabalho esta sendo cumprido, restando ao empregado a prova do descumprimento.

### 38. TAXA NEGOCIAL PATRONAL

Os condomínios abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão recolher ao SECOVI - REGIÃO FLORIANÓPOLIS/TUBARÃO SC, até o dia 15 de agosto de 2006, o percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da folha de pagamento seus empregados referente ao mês de julho e até o dia 15 de outubro de 2006 o percentual de 5% (cinco por cento) sobre a folha de pagamento referente ao mês de setembro de 2006.

### 39. CONTRIBUIÇÃO PARA TREINAMENTO

Os abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão recolher a Universidade UNICORSI, até dia 30 de agosto de 2006, a taxa de R\$ 100,00, para a manutenção de palestras e cursos que serão organizados aos abrangidos.

### 40 - PENALIDADES

Multa de 10% (dez por cento) do salário normativo da categoria profissional, por empregado e por infração, pelo não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento normativo, revertendo seu valor em favor do empregado prejudicado ou atingido.

**Parágrafo Único:** A mesma multa, nas mesmas condições, será devida pelo não cumprimento das seguintes condições legais:

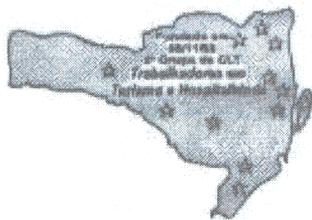
- a. não instalação de assento nos locais de trabalho para descanso durante a jornada;
- b. não concessão de intervalos intra-jornadas;
- c. não entrega aos empregados dos extratos do FGTS fornecidos pelo banco depositário;
- d. não cadastramento no PIS ou omissão do nome do empregado na RAIS;
- e. não concessão do vale-transporte.

### 41 - DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

É mantida regularmente entre as partes a obrigação de fazer, contidas no Art. 513 Letra "e" da CLT e Artigo do Estatuto Social da Entidade Sindical.

- a. O valor a ser descontado dos empregados, a título de Contribuição Assistencial, em folha de pagamento, é de 3% (três por cento) no mês de MAIO, 3% (três por cento) no mês de AGOSTO e de 4% (quatro por cento) em NOVEMBRO totalizando 10 % (dez por cento) da remuneração no ano.
- b. O valor deverá ser deduzido na folha de pagamento e recolhido aos cofres da entidade representativa até o 10 (décimo) dia do mês subsequente, através da Caixa Econômica Federal ou outro estabelecimento bancário autorizado pela entidade sindical da categoria.
- c. A multa para o caso de descumprimento desta Cláusula será de 2% (dois por cento) do valor devido, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da correção monetária, na forma da lei, observado o disposto no Artigo 920, do Código Civil Brasileiro.

*[Handwritten signatures]*



**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO, HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

CNPJ 79.887.329/0001-76  
Trav. Olíndina Alves Pereira, 15 - Centro - Caixa Postal 1597  
Fones/Fax (0\*\*48) 224 0305 - 224 2058 - 224 2273 - 3028 2058  
Cep 88.020-100 - Florianópolis - Santa Catarina  
www.sitratuh.hpg.com.br

**42 - DIREITO DE OPOSIÇÃO:**

a)Será garantido ao empregado não sindicalizado o direito de oposição ao desconto da contribuição, desde que o faça pessoalmente na sede do suscitante, conforme deliberação na Reunião Extraordinária Específica do Conselho de Representantes realizada no dia 06 de março de 2006, isto é, até o último dia do mês de maio subsequente.

b)Oposições levadas a efeito mediante listas ou cartas, mesmo enviadas ao Suscitante através de Cartório, serão consideradas desacato à Reunião Extraordinária Específica do Conselho de Representantes, e nulas de pleno direito, na forma do artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho.

**43 - VIGÊNCIA**

A vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho será de 12 (doze) meses, com início em 01/05/2006 e término em 30/04/2007

Florianópolis (SC), 08 de agosto de 2006.

**FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TURISMO, HOSPITALIDADE E DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Fausto Schmidt - Presidente  
CPF 050.524.169-20

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E DOS EDIFÍCIOS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS – SECOVI REGIÃO FLORIANÓPOLIS/TUBARÃO**

Gilberto Guerreiro Vidal – Presidente  
CPF 009.772.849-72

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/ Alterações, constante do processo nº. 7555/06-92 Registrado e Arquivado na DRT/SC, sob o nº. 867, às fls. 74 do livro nº. 28.  
Florianópolis, 31/08/06.

Maria Angélica Michetini  
Chefe de Seção de Relações do Trabalho